

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº. **DE 2013.**
(Do Sr. Deputado Guilherme Campos)

Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Justiça acerca do quantitativo de órgãos subordinados ao ministério em funcionamento no município de Campinas, Estado de São Paulo, devendo informar ainda quais são os órgãos, o seu espaço físico, a quantidade de cargos por unidade e as funções de cada um dos funcionários.

Senhor Presidente,

Solicito, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art., 115, inciso I, e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, **sejam solicitadas ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Justiça** acerca do quantitativo de órgãos subordinados ao Ministério em funcionamento no Município de Campinas, Estado de São Paulo, devendo informar ainda quais são os órgãos, o seu espaço físico a quantidade de cargos por unidade e as funções de cada um dos funcionários.

As informações referentes ao espaço físico devem especificar a metragem e a propriedade. No caso da propriedade não ser do Ministério informar o valor do aluguel.

JUSTIFICAÇÃO

O Requerimento justifica-se pela necessidade de conhecimento do quantitativo de órgãos subordinados ao ministério em funcionamento no Município de Campinas, Estado de São Paulo, devendo informar ainda quais são os órgãos, o seu espaço físico, a quantidade de cargos por unidade e as funções de cada um dos funcionários, uma vez que a publicidade da administração pública é um dos princípios constitucionais previsto no art. 37 da CF/88.

José Afonso da Silva, em seu Curso de Direito Constitucional Positivo, 18^a edição. São Paulo: Malheiros, 2000, explica esse princípio, *in verbis*:

“A publicidade sempre foi tida como um princípio administrativo, porque se entende que o Poder Público, por ser público, deve agir com a maior transparência possível, a fim de que os administrados tenham, a toda hora, conhecimento do que os administradores estão fazendo.”

Assim, o interesse é saber qual é o tamanho da máquina administrativa do Ministério da Justiça no Município de Campinas/SP.

Sala da Comissão, em de de 2013.

**Deputado GUILHERME CAMPOS
PSD/SP**